



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1861312 - PA (2020/0032153-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : FERRAGENS NEGRÃO COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO - PR011514
 GUILHERME LUIZ GOMES JUNIOR - PR042005
RECORRIDO : NORTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
ADVOGADO : WEILLIA FREIRE DE ABREU - PA010653B

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO E INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DUPLICATA. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DANOS MORAIS. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. SÚMULA 7 DO STJ. PREJUDICADO. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. EVENTO DANOSO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de cancelamento de protesto e inexigibilidade de título de crédito cumulada com compensação por danos morais em razão de inexistência de qualquer relação entre as empresas. Valor fixado: R\$ 25.000,00.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 CPC/15.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.
5. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
6. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
7. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ).
8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FERRAGENS NEGRÃO COMERCIAL

LTDA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 24/01/2019.

Concluso ao gabinete em: 13/02/2020.

Ação: cancelamento de protesto e inexigibilidade de título de crédito cumulada com compensação por danos morais, ajuizada por NORTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP, em face da recorrente, em razão de inexistência de qualquer relação entre as empresas.

Sentença: julgou procedentes os pedidos, para declarar a inexigibilidade dos títulos protestados e determinar o cancelamento do protesto; condenou a recorrente ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 25.000,00, com correção monetária a partir do arbitramento e juros de mora a partir da citação.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO DE TÍTULO DE CRÉDITO E INEXIBILIDADE DE TÍTULO C/C DANOS MORAIS. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATAS. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER NEGOCIAÇÃO ENTRE A EMPRESA AUTORA E A EMPRESA RÉ. SENTENÇA, JULGANDO PROCEDENTE A AÇÃO PARA DETERMINAR O CANCELAMENTO DO PROTESTO E PAGAMENTO PELA RÉ, DO VALOR DE R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS A TÍTULO DE DANOS MORAIS. O PROTESTO DE TÍTULO SEM LASTRO JURÍDICO É ILÍCITO E IMPÕE O DEVER DE INDENIZAR (ARTIGOS 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL), NA MEDIDA EM QUE O DANO DELE DECORRENTE É NOTÓRIO. INCLUSIVE ESTÁ PACIFICADO QUE A PESSOA JURÍDICA PODE SER VÍTIMA DE DANO MORAL, NOS EXATOS TERMOS DA SÚMULA Nº 227 DO STJ, NOTADAMENTE QUANDO DO ABALO À IMAGEM NO MERCADO. ANALISANDO O CONJUNTO PROBATÓRIO COLIGIDO AO FEITO, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA/APELADA COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, CONSOANTE DOCUMENTOS APRESENTADOS E A PRÓPRIA CONFISSÃO DA APELANTE, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, NOS TERMOS DO ART. 373, I, DO CPC/2015. SOBRE A OCORRÊNCIA DO DANO, TAMBÉM É ASSENTE O ENTENDIMENTO DE QUE O PROTESTO INDEVIDO, COMO NO CASO, EM QUE ERA DESCABIDO, TANTO QUE A DÍVIDA FOI DESCONSTITUÍDA, ASSIM COMO A INSCRIÇÃO INDEVIDA, GERA DANO MORAL IN RE IPSA, SENDO DESNECESSÁRIA A PROVA DO DANO, COMO PRETENDIDO. O QUANTUM FIXADO, POR SUA VEZ, SE MOSTRA ADEQUADO, PORQUANTO DE ACORDO COM CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. OS JUROS MORATÓRIOS, FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL (SÚMULA N. 54). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 489, II e §1º, IV, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: i) o valor fixado a título de compensação por danos morais é exagerado e sem razoabilidade; ii) em se tratando de compensação por dano moral decorrente de ato ilícito, os juros moratórios devem incidir a partir de sua fixação.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

O TJ/PA foi claro ao concluir pela razoabilidade do valor arbitrado a título de compensação por danos morais. Fundamentou que o valor fixado se mostra adequado, porquanto de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem que seu caráter pedagógico-punitivo leve ao enriquecimento sem causa da recorrida ou deixe de punir a recorrente.

Dessa maneira, foram devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que inexistente afronta ao art. 489 do CPC/15 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica (AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/2/2018; e AgInt no REsp 1.683.290/RO, 3ª Turma, DJe de 23/2/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15, incidindo a Súmula 568/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto ao valor

da compensação por danos morais e ao termo inicial dos juros de mora, a recorrente não alega violação de qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Do pedido de revisão do valor da compensação por danos morais

Verifica-se que a compensação por danos morais foi fixada na sentença em R\$ 25.000,00 e mantida em 2º grau de jurisdição. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo, porquanto se trata de protesto indevido de duplicatas.

- Da divergência jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (valor arbitrado a título de compensação por danos morais), impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

- Da Súmula 568/STJ

Ao decidir sobre o termo inicial dos juros de mora, o TJ/PA aplicou corretamente a jurisprudência do STJ no sentido de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ).

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, a, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora